

MANUEL DE ARAUJO PORTO ALEGRE:

um brasileiro à procura de um plano para o Rio de Janeiro
oitocentista

EIXO TEMÁTICO 1: Trajetórias, Institucionalização e Circulação de Ideias no Urbanismo

FRIDMAN, Fania
Doutora, UFRJ
fania.fridman@gmail.com

GENNARI, Luciana
Doutora, UERJ
lagennari@gmail.com

RESUMO

Manuel de Araújo Porto Alegre, o “homem-tudo” formado pela Academia de Belas Artes, foi responsável por submeter ao exame da Câmara Municipal no início da década de 1850 inúmeras orientações para a cidade do Rio de Janeiro. Uma de suas contribuições foi um “plano em prosa”, que dialoga com a análise da década anterior feita pelo engenheiro Beaurepaire Rohan. Aquele foi um período em que a cidade passou por um amplo processo de transformações urbanas, impulsionadas pela necessidade de atender aos grupos dirigentes e de sustentar funções econômicas, políticas e culturais que abrigava. Sua proposta, elaborada a partir da influência das Belas Artes e da Engenharia, previa preparar o espaço onde deveria se desenrolar o espetáculo urbano da capital. O objetivo deste artigo é o de apresentar os aportes trazidos por Porto Alegre como um dos precursores do ato de planejar a cidade a partir da análise da documentação oficial, artigos de periódicos e seus discursos proferidos.

Palavras-chave: Rio de Janeiro (cidade); Manuel de Araujo Porto Alegre; Plano urbano.

PENSAR FORA DO EIXO

ABSTRACT

Araújo Porto Alegre, the “man-of-all-trades” graduated from the Academy of Fine Arts, was responsible for submitting, in the early 1850s, numerous proposals to the City Council of Rio de Janeiro. This can be considered a “plan in prose,” engaging in dialogue with the analysis from the previous decade conducted by the engineer Bearepaire Rohan. It was a moment when the city underwent a broad process of urban transformation, driven by the need to serve the ruling groups and to sustain the economic, political, and cultural functions it had come to embody. His proposal sought to prepare the space in which the urban spectacle of the capital would unfold, influenced not only by engineering but also by the fine arts. The aim of this article is to present the contributions made by Porto Alegre as one of the precursors of urban planning, based on the analysis of official documents, periodical articles, and his delivered speeches.

Key-words: Rio de Janeiro (city); Manuel Araujo Porto Alegre; Urban Planning.

RESUMEN

Araújo Porto Alegre, el “hombre-orquesta” formado en la Academia de Bellas Artes, fue responsable de presentar a comienzos de la década de 1850 numerosas propuestas para el examen del Ayuntamiento sobre la ciudad de Rio de Janeiro. Esto puede considerarse un “plan en prosa”, que dialoga con el análisis de la década anterior realizado por el ingeniero Bearepaire Rohan. Fue un momento en que la ciudad atravesó un amplio proceso de transformaciones urbanas, impulsadas por la necesidad de atender a los grupos dirigentes y de sostener las funciones económicas, políticas y culturales que había pasado a desempeñar. Su propuesta buscaba preparar el espacio donde debía desarrollarse el espectáculo urbano de la capital, a partir de la influencia proveniente de las bellas artes, y no solo de la ingeniería. El objetivo de este artículo es presentar los aportes realizados por Porto Alegre como uno de los precursores del acto de planificar la ciudad, a partir del análisis de documentación oficial, artículos de prensa y sus discursos pronunciados.

Palabras clave: Rio de Janeiro (ciudad); Manuel Araujo Porto Alegre; Plano urbano.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é acompanhar a trajetória profissional de Manuel de Araujo Porto Alegre enfatizando seu papel como um dos precursores do planejar no rumo “[d]aquelas ações do Estado sobre o urbano que tenham sido objeto de algum plano, por mais amplo que seja o conceito de plano” (Villaça, 1999, p. 180). À luz de seus artigos e discursos, documentos oficiais e subsídios bibliográficos, abordaremos o personagem e seus feitos voltados para a sede do império brasileiro entre os anos 1837 e 1858, período de intensos debates sobre a modernização do país e da capital.

A dinâmica da cidade do Rio de Janeiro onde se desenvolveu a trama de seus atores e projetos durante a primeira metade do Oitocentos acompanhou os acontecimentos sociais, políticos, econômicos e culturais dos quais foi palco. Pode-se dizer um palco-ativo da transformação territorial de sede do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e do Império brasileiro. Se, para a organização de seu espaço até a década de 1820, obras eram executadas pelas autoridades ou por particulares em troca de concessão de lotes de terra, o plano,¹ um vir a ser, se limitava a intervenções pontuais geralmente circunscritas à zona urbanizada. Na sede do reinado português (desde a vinda da corte) para a preparação do “espetáculo do poder” a Intendência Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil se tornou responsável pela supervisão dos aterros de áreas pantanosas; drenagem de lagoas; construção de pontes e chafarizes; aprovação de arruamentos; abertura e conservação de ruas e caminhos; iluminação pública; abastecimento de água, arborização; proibição do uso de rótulas e gelosias; expedição de passaportes; zelo pelos serviços de colonização e pela repressão política. E no intuito de civilizar a cidade com uma nova ordem estética e social, foi preparada a vinda da Missão Artística Francesa, formada por um grupo de pintores, gravuristas, arquitetos, engenheiros, paisagistas, técnicos, artífices e oficiais mecânicos. Entre os seus encargos, foi prevista ainda a fundação da Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios, que anos depois se tornou a Academia Imperial de Belas Artes (AIBA).

Como país independente, a Lei de 1º de outubro de 1828 atribuiu às Câmaras a responsabilidade pela regulamentação e fiscalização das obras públicas e a elaboração de Posturas relativas ao

¹ Segundo o dicionário de Moraes e Silva (1823, vol. II, p. 418), *plano* se refere em seu sentido figurado à “(...) traça (...) o plano da obra; da campanha; que se há-de-fazer”. Ao *plano* o dicionário remete os termos *ordem* “(...) disposição, colocação das coisas em seu lugar, classe. (...) mando, comissão para se fazer alguma coisa além das ordens arquitetônicas (idem, p. 325); *disposição* “(...) ordem, que se guarda na arrumação (...)” (vol. I, p. 638) e *delineamento* “(...) do edifício imaginado ou da imaginação, do edifício futuro”, e *delineação*, “(...) a ação de delinear (...) alguma obra, projeto, plano, facção” (idem, p. 541).

PENSAR FORA DO EIXO

alinhamento, limpeza, salubridade, iluminação, “fartura de víveres e vestuário” e à seguridade com o apoio de um quadro de funcionários. A norma se destaca pela viabilidade das empresas privadas realizarem os melhoramentos.² O Rio de Janeiro era insalubre com problemas de inundações, sujeira e doenças. Entre as medidas que a Câmara recomendava, devedoras do pensamento higienista, estavam o aterro dos mangues e baixios para mitigar as moléstias e o estrito controle dos cativos. Dominando as ruas e a paisagem, os escravizados eram vendedores ambulantes, quitandeiras, carregadores, criados domésticos, construtores de casas e trabalhadores em obras públicas.

Convertida em Município Neutro, a capital brasileira assumiu o papel de centro formador do espírito nacional e de polo irradiador do processo civilizatório (Motta, 2004). Servindo de principal elo com o mundo europeu, a seu espírito cosmopolita se somou o projeto de coesão política e social elaborado por “academias de letrados” (Guimarães, 1988). Entre as mais relevantes devem ser citadas a AIBA, para a formação nas Belas Artes e o desenvolvimento das Artes Aplicadas; e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), entidade formuladora da história e da imagem territorial brasileiras.

Consolidando a incorporação da matriz neoclássica na disposição da urbe trazida pelo arquiteto e professor da AIBA Grandjean de Montigny, o primeiro Código de Posturas Municipais do Rio de Janeiro (1838) determinou a obrigatoriedade do alinhamento das ruas, cujas larguras não deveriam ser inferiores a 60 palmos (13,20 metros), e praças e largos desenhados como quadriláteros perfeitos. A sede municipal foi dividida em duas áreas – a zona dos campos e a zona da cidade. Delimitando a parte urbanizada, localizavam-se na zona da cidade os prédios da administração pública, núcleos religiosos, colégios, fortalezas, presídios, moradias, lojas e trapiches.

Com o passar dos anos, uma mudança significativa na configuração do espaço decorreu da diversificação das atividades produtivas moldando novos arranjos sociais e a estrutura econômica da nação. As elites agrárias, os novos empresários capitalistas, os trabalhadores livres nacionais e os migrantes estrangeiros somados a mais escravizados chegados pelo tráfico interprovincial engrossaram o contingente populacional da capital. O coração da cidade foi sendo abandonado por um grupo que, podendo arcar com o custo do transporte ou ter seu próprio transporte, se deslocou

² Uma Lei promulgada em 29 de agosto de 1828 havia estipulado as regras para as obras públicas referidas à navegação de rios, abertura de canais, edificação de estradas, pontes, calçadas e aquedutos. Após aprovação da planta e das despesas pelas Câmaras, os trabalhos poderiam ser realizados por empresários nacionais ou estrangeiros, associados ou não a companhias (Morales de Los Rios, 1947).

PENSAR FORA DO EIXO

para locais mais salubres. Em certas áreas próximas ao “centro” – as freguesias originadas pela localização de irmandades de negros e mulatos – a população mais pobre se alojou em moradias precárias. À época eram percebidas pelas autoridades e administradores do Município Neutro como focos de irradiação de epidemias (Chalhoub, 1996, p. 29). Recordemos das epidemias anuais de febre amarela, varíola e de cólera-morbo que assolaram as vilas e cidades desde o final da década de 1840.

Foi neste Rio de Janeiro que se deu grande parte da atuação de Porto Alegre.

1 O PERSONAGEM

Manuel de Araújo Porto Alegre foi um intelectual de muito prestígio em suas múltiplas áreas de atuação – pintor, professor, arquiteto, urbanista, paisagista, cenógrafo, jornalista, caricaturista, poeta, dramaturgo, ensaísta, político e diplomata. Reconhecido pelo conjunto de sua obra, contribuiu para mudanças significativas nos ambientes artístico e administrativo onde atuou.

Nascido no Rio Grande, a seu nome de batismo Manuel José de Araújo acrescentou Porto Alegre. Chegou ao Rio de Janeiro em 1827 com 21 anos, nos primeiros tempos frequentando a Imperial Academia Militar, depois ingressou na Academia Imperial de Belas Artes recebendo ali os ensinamentos de Grandjean de Montigny e Jean-Baptiste Debret.³ Este seu professor de Pintura havia sido na França discípulo de Jacques-Louis David, apoiador da Revolução francesa, defensor da república e expoente do neoclassicismo que exaltava da arte grega a revelação das virtudes cívicas e a possibilidade de germinar no povo o “devotamento por sua pátria”. Foi este o espírito “que a Missão, e particularmente Debret, trazem para o Brasil: o sentimento cívico, a crença no poder da arte e a concepção messiânica na relação com a sociedade” (Zilio, 2015, p. 104).

Porto Alegre seguiu com o mestre para Paris em julho de 1831.⁴ Durante sua permanência na França frequentou o ateliê de Antoine-Jean Gros (também discípulo de David) e acompanhou as

³ Formado em engenharia na École Nationale de Ponts et Chaussées onde chegou a dar aulas de Desenho, Debret além de atuar na AIBA, se tornou o pintor oficial da Corte, cenógrafo do Real Teatro São João e preparou o primeiro esboço da bandeira do Brasil.

⁴ De acordo com o *Jornal do Commercio* (1833-1835), Porto Alegre não possuía origem abastada. Cordeiro (1884, apud Chaves, 2018) relata que para a viagem a Paris, foi-lhe oferecida uma passagem gratuita no navio de guerra francês denominado Durance e, a pedido de José Bonifácio de Andrada e Silva, o senador Antônio Vieira Soledade e Evaristo Ferreira da Veiga o ajudariam financeiramente, o que não aconteceu.

PENSAR FORA DO EIXO

atividades do arquiteto François Debret, arquiteto-chefe da cidade de Paris, membro do Conselho Geral de Edificações Cíveis e da Academia de Belas Artes francesa, e responsável por projetos de construção e restauração de teatros.

No encontro com os artistas, jornalistas e intelectuais europeus durante sua estadia, Porto Alegre foi impactado pelo movimento romântico. Autores como Lowy e Sayre (2015 [1992]) afirmam que o romantismo revolucionou o espírito da época. Com a melancolia de sentir o presente destituído de valores humanos essenciais decorrente da revolução industrial, era um olhar para um futuro sonhado de progresso político e econômico. Com o mal-estar causado por um certo conteúdo passadista do neoclassicismo, mas absorvendo dele procedimentos técnicos e o enaltecimento da expressão nacional, Argan (2010, [1998]) chega a considerar o neoclassicismo como uma fase da concepção romântica da arte. Sigamos.

Em Paris, Porto Alegre dirigiu com seus colegas Torres Homem e Gonçalves de Magalhães a *Nitheroy. Revista Brasiliense*, cujo lema era “tudo pelo Brasil e para o Brasil”. A Revista, considerada instauradora do Romantismo brasileiro pelo compromisso com as expressões artísticas nacionais, publicava textos que retratavam questões formais e estéticas que incluíam o embelezamento da urbe. Compreendida como obra de arte, no fragmento a seguir se verifica o princípio da cidade bela necessitar de financiamento particular para as obras públicas:

A economia política há mais que muito demonstrado, que é prudência o abandonar à indústria privada os grandes trabalhos da paz, a construção de estradas, de canais etc.; querendo descurar de empresas tais, o governo, cuja mão é excessivamente pesada, prejudica os públicos interesses, em vez de servi-los. Para a execução destas obras (...) é mais econômico confiá-las aos capitais comuns, à indústria dos particulares (Nitheroy, n. 1, 1836, p. 89).

Retornando ao Brasil em maio de 1837, se tornou professor de Pintura Histórica da AIBA em cujas aulas incentivava os alunos a “consulta direta à natureza” ao invés da cópia de quadros e estampas (Galvão, 1959, p. 19). Foi um dos pioneiros do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro onde veio a assumir os cargos de orador, primeiro secretário e vice-presidente. Seguindo o modelo do Instituto francês, o IHGB financiado por verbas do Estado Imperial foi “lócus privilegiado, naquele momento, a partir de onde se ‘fala’ sobre o Brasil” ainda que o conceito da nação fosse “eminentemente restrito aos brancos (...)” (Guimarães, op.cit., pp. 7-14).⁵

⁵ No IHGB Araujo Porto Alegre travou contato com os sócios honorários Henrique de Beaurepaire Rohan e Francisco José de Sousa Soares de Andrea, vínculo que será apreciado mais à frente. Soares de Andrea e Beaurepaire Rohan estavam na inauguração do IHGB em 1838. O IHGB foi criado pela Sociedade Auxiliadora

PENSAR FORA DO EIXO

Durante sua vida, Porto Alegre incumbiu-se de diversas funções públicas – professor de Desenho no colégio Pedro II e na Imperial Academia Militar; vereador substituto da Câmara do Rio de Janeiro; “Mestre Architecto”; “Mestre Pintor”; Inspetor dos Monumentos; Pintor da Imperial Câmara; Conselheiro do Conservatório Dramático Brasileiro; Diretor da Seção de Numismática e Artes Liberais, Arqueologia, usos e costumes das Nações Modernas do Museu Nacional; Secretário Perpétuo da Sociedade de Literatura Brasileira; Diretor das Obras dos Paços Imperiais; Membro da Sociedade Propagadora das Belas Artes e Presidente da Seção de Artes Liberais e Mecânicas da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional e diretor da AIBA. Organizou a sessão brasileira nas Exposições Universais de Paris e Londres e foi cônsul na Prússia e Portugal.

Para retratar sua atuação no Rio de Janeiro, analisaremos alguns de seus comentários publicados na imprensa, nos detendo em seguida no seu desempenho como vereador da Câmara do Rio de Janeiro e diretor da AIBA.

2 OS PROJETOS E O PLANO

Herdeiro da Ilustração, das formulações neoclássicas e um romântico entusiasmado com o avanço técnico e as possibilidades de transformação para a sociedade, Porto Alegre pertenceu à geração de artistas e intelectuais “a quem coube a consolidação da nacionalidade (...) numa época em que o nacionalismo tinha forte sentido revolucionário” (Barata, 1957, p. 83). Como jornalista e crítico de arte, escreveu para diversos veículos, como a *Minerva Brasiliense* (1843-1845); *Revista Trimestral do IHGB*; *A Lanterna Mágica. Periódico Plástico Filosófico* (1844-1845); e para a *Guanabara. Revista mensal, artística, científica e literária* (1849-1855) dirigida por ele, Joaquim Manoel de Macedo e Antônio Gonçalves Dias apresentando as “tendências do pensamento da atualidade”.

Para a criação de uma imagem civilizada para a capital, vejamos entre seus escritos algumas considerações para embelezar o Rio de Janeiro. Criticando a persistência do que denominou “cidade de 3 portinhas” colonial, afirmou que seu desaparecimento ocorreria “quando no espírito dos Brasileiros se desenvolver em larga e permanente escala o gosto pela arquitetura, pela simetria, e pelo cômodo”. Reivindicava a abertura de novas ruas com 60 palmos de largura (previsto no

da Indústria Nacional, uma entidade civil privada que apoiava o Ministério do Império com proposições de melhoramentos materiais e de modernização da indústria e da economia. Na França Porto Alegre havia acompanhado a organização do Instituto Histórico de Paris (IHP), para o qual foi convidado a apresentar uma Memória na Seção de História das Belas-Artes.

PENSAR FORA DO EIXO

Código de Posturas) “como o espaço mais amplo e mais que necessário para toda a concorrência dos diferentes meios de transporte da civilização moderna”,⁶ e censurava o estado lamentável do cais de desembarque dos estrangeiros, as calçadas “bárbaras” e as ruas imundas. Para a cidade remodelada era fundamental o papel exercido pelos arquitetos.

Ainda não chegou a época de se acreditar que o arquiteto é tão útil à civilização de um país, como o médico à saúde do indivíduo. E o Brasil (...) apresenta o singular evento de nas leis municipais da sua capital não se encontrar a palavra arquiteto!⁷

Passemos à prática do vereador substituto Porto Alegre. Sua posse ocorreu em 18 de junho de 1853 (AGCRJ. Legislação Municipal. Câmara Municipal. Atas de Sessões 1853, folha 112 verso). Desse dia em diante, até assumir a diretoria da AIBA em 1854, Porto Alegre também seguiu como professor da Imperial Academia Militar e exercendo os demais encargos como funcionário do governo imperial. Acompanhemos de sua breve passagem naquela Casa o encaminhamento de apreciações e de propostas.

Um mês após a investidura no cargo, avaliou uma sugestão do vereador Francisco de Paula Mattos. Congratulando seu colega pelas “ideias generosas para o bem comum”, afirmou em seu Parecer que dos 12 itens, 5 deles – a planta da Nova Cidade sobre o Mangue; a construção do cais e o plantio de árvores na praia Formosa; o melhoramento do Caminho Velho de São Diogo que vai do Aterrado à Praia Formosa e a conclusão da obra da praça do Rocio (da Constituição) – constariam do *Plano Geral da Cidade* que ele estaria elaborando (Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal, edição de 23/7/1853, p. 5, grifo nosso).

Ainda na mesma Sessão, descrevendo a rua do Ouvidor como “uma das mais notáveis desta Capital (...) e sendo evidente a estreiteza desta rua e o aspecto acanhado do geral de seus edifícios”, Porto Alegre propôs a extensão de sua largura para 66 palmos⁸ para adquirir “o caráter arquitetônico que compete a todas as capitais civilizadas” (AGCRJ. Legislação Municipal. Câmara Municipal. Atas de Sessões 1853, folha 163 verso). De acordo com o plano e o traçado, para as novas construções os proprietários das edificações localizadas nos ângulos deixariam as arcadas abertas. Aquelas situadas no meio das quadras ficariam fechadas “até que se reedifiquem todas as outras casas

⁶ “Algumas ideias sobre as bellas artes no Imperio do Brasil”. 1º artigo. *Guanabara* v.1 (0), 1850-1851.

⁷ “Algumas ideias sobre as bellas artes e a industria no Imperio do Brasil”. 3º artigo. *Guanabara* v.1 (0), 1850-1851.

⁸ Um palmo mede aproximadamente 22,0cm.

PENSAR FORA DO EIXO

antigas que possam formar um só prospecto e uma galeria coberta” com 15 palmos de vão “destinada para a *gente calçada* passar por ela” (grifo nosso).

No debate com os pares, ficou decidido que o engenheiro da Câmara⁹ deveria apresentar uma planta da rua com todas as testadas das casas e a largura das suas paredes divisórias “para à vista de um trabalho exato se poder delinear o que convém, e definitivamente marcar-se para o futuro” (idem). Este projeto revela o sentido neoclássico do embelezamento (fachadas iguais das casas, ruas largas, galeria) e, por outro, a proibição aos cativos de circular naquele logradouro salienta seu consentimento à segregação social de lugares na cidade pretendida moderna e civilizada.

Lembremos que o engenheiro militar Henrique de Beaurepaire Rohan ao se licenciar do cargo de Diretor das Obras Municipais elaborou um Relatório apresentado à Câmara Municipal em outubro de 1843. Considerado como o primeiro tratado urbanístico da cidade, neste Relatório, limitado “aos trabalhos que estão a cargo da Diretoria” (Beaurepaire Rohan, 1968 [1843], p. 203), a intervenção na cidade estaria calcada no tripé previsão/ordenamento, estética/melhoramento e salubridade/higiene públicos. Solicitava inicialmente o levantamento da carta do município “incluindo os terrenos dos próprios municipais” para a revisão dos insuficientes rendimentos da Câmara e afirmava que “o Rio de Janeiro participa de muitos dos defeitos que são ordinários nas cidades *sem plano*” (idem, p. 207; grifo nosso), sendo um deles a estreiteza das ruas.¹⁰ Quanto à salubridade pública, previa o esgotamento das águas pluviais; a modificação da disposição das calçadas; a extinção do foco de miasmas no Mangue da Cidade Nova através da abertura de um canal de navegação; o arrasamento do morro do Castelo “para extensão, salubridade e embelezamento” (idem, p. 205); a mudança do matadouro para a praia de São Cristóvão; a construção de cemitérios nas circunvizinhanças da cidade; a distribuição de água em todas as casas; a arborização como ornamento e “poderoso meio de purificar a atmosfera” (idem, p. 207) e a definição de uma praça onde se reunissem os edifícios das repartições públicas.

Para “a projeção da nova cidade”, requeria ainda a aquisição de 5.657 casas situadas na parte “mais defeituosa” (idem, p. 209) do Rio de Janeiro, que ia da praça da Aclamação “para baixo”.

⁹ Desde 1834 a Câmara empregava um engenheiro na direção das “obras a seu cargo” (Morales de Los Rios, 2000 [1946], p. 133). Um decreto de dezembro de 1836 instituiu o cargo de Inspetor Geral das Obras Públicas no município da Corte que, pelo Regulamento n.44 de 1840, seria um dos Oficiais do Corpo de Engenheiros com curso superior. O decreto 302 de 1843 contém o regulamento da Inspeção de Obras Públicas (Morales de Los Rios, 1947).

¹⁰ Propunha 8 braças para a largura das ruas, 30 braças de extensão para os quarteirões e 6 braças de testada para o lote padrão. Uma braça corresponde a 2,20m.

PENSAR FORA DO EIXO

Referiu-se também à regularidade do desenho das praças; à melhoria geral do calçamento das ruas; à construção de pontes em diversas freguesias e à abertura de praças de mercado que “além de rendosas, impedem que esse crescido número de quitandeiras obstruam praias, ruas e praças públicas” (idem, p. 229), entre outras medidas, algumas delas voltadas às estradas e caminhos da zona do campo, não elencadas aqui.¹¹ Como observado a seguir, Porto Alegre encontrou neste Relatório uma das bases significativas de suas propostas. Ambos apresentam orientações edilícias registradas num tom de Posturas visando à área urbana como um todo. Vejamos.

Para o apuro daqueles que construíam a cidade, o liberal Porto Alegre sugeriu a criação de Escolas Industriais voltadas à “educação dos operários” pedreiros, carpinteiros e canteiros. Abertas aos domingos e dias santos de 8 horas da manhã ao meio-dia, o curso teria duração de três anos: no primeiro seriam ensinados elementos de aritmética e da “geometria prática” mais o “desenho linear”; no segundo ano a geometria descritiva, a perspectiva e a aprendizagem das ordens da arquitetura “para toda sorte de projeções e os planos dos edifícios”; e, no último, os fundamentos de mecânica necessários à compreensão das estruturas dos prédios e das máquinas para a construção civil, além da “composição de edifícios e os princípios invariáveis da estética aplicados à arte de edificar”.

Nestas Escolas seriam admitidos somente os trabalhadores com três anos de prática, alfabetizados e conhecedores das quatro operações. Eles receberiam um atestado de habilitação ao final do primeiro ano; concluído o segundo ano estariam habilitados como contramestre e, no terceiro, logriam um diploma da Câmara Municipal de licenciamento para mestre.¹² Na sua justificativa assim se manifestou:

Porque as artes Ilmos. Srs. têm uma linguagem plástica que é aplicada desde o muro do embasamento até o pináculo das mais subidas construções. Ao operário urbano (...) não será mais um segredo a linguagem do engenheiro e do arquiteto, nem as linhas complicadas de uma estampa. [A Escola] madurada e auxiliada pelas vossas luzes e bons desejos, dará não somente à Cidade confiada à vossa guarda como também ao país inteiro, uma quantidade de homens úteis e inteligentes e aptos para a realização de todas as artes que estão no domínio administrativo desta Casa e que são aquelas que fazem o lustre, a beleza e o cômodo das cidades e dos homens civilizados (AGCRJ. Legislação Municipal. Câmara Municipal. Atas de Sessões 1853, folha 127 frente).

¹¹ Para o financiamento deste plano urbano organizar-se-ia uma sociedade por ações com participação dos proprietários das casas, de empresas privadas além dos recursos advindos de impostos.

¹² Para viabilizá-la, Porto Alegre se dispôs a ministrar gratuitamente aulas de Desenho Industrial durante os três primeiros anos de funcionamento das Escolas e a oferecer livros e materiais até que a Câmara pudesse arcar com os custos e remunerar um substituto (AGCRJ. Legislação Municipal. Câmara Municipal. Atas de Sessões 1853, folha 126).

PENSAR FORA DO EIXO

Para ele a civilidade das relações de trabalho também implicava na vigilância da “classe dos criados de servir, quer livres ou escravos”. Sem assumir o posicionamento progressista e antiescravista reivindicado por representantes do movimento romântico no Rio de Janeiro,¹³ submeteu àquela Casa a proposta de matricular os “criados de servir” em um livro na Câmara a ser registrado na polícia. Cada serviçal receberia uma caderneta com “todas as suas condições, de pátria e idade, qualidade de serviço (...), observações sobre os dias trabalhados, o salário” que permaneceria com o patrão e devolvida apenas quando o criado fosse embora (idem, folha 125 frente).¹⁴

O problema da salubridade também foi alvo de sua atuação. Para evitar os focos de miasmas e para não “ofender aos que transitam pelos passeios das ruas”, fossem colocados canos nas beiradas dos telhados “que deitam para a rua” em todas as casas situadas “da linha transversal do Rocio da Cidade Nova para baixo”, isto é, na zona da cidade, no prazo de 4 meses sob pena de multa (idem, folha 126). E, assim como Beaurepaire Rohan, insistiu na necessidade de tratar a mudança do matadouro de Santa Luzia para a praia de São Cristóvão (Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal, edição 06/07/1853, p. 1).

Em relação a um Plano, à salubridade e ao controle da mão de obra, Araujo Porto Alegre e Antonio José Gonçalves Fontes propuseram oito providências a serem convertidas em Posturas para a regulamentação das edificações. Na abertura de sua exposição declararam que

[Na] Capital do Império se consinta que cada um edifique à sua vontade, sem atenção não só ao embelezamento da cidade, mas ainda à salubridade pública. O que se vê por toda a parte, e desgosta de ver, é a maior irregularidade e desigualdade entre todos os prédios e edificações de dois e mais andares em ruas minimamente estreitas, impedindo nelas a entrada de sol e a ventilação indispensável, circunstâncias estas Srs., sem as quais não pode haver salubridade nesses lugares. E a saúde de seus habitantes deve ser gravemente comprometida (AGCRJ. Legislação Municipal. Câmara Municipal. Atas de Sessões 1853, folha 127 verso).¹⁵

¹³ O jornal *O Globo* publicado na cidade carioca com a mesma orientação de seu congênere francês *Le Globe*, se manifestava a favor da abolição da escravatura, do descanso aos domingos, da igualdade entre homens e mulheres e reconhecia o progresso no “trabalho admirável das máquinas”. No periódico se encontra a recomendação de um “plano de organização para as vilas que [os novos habitantes] devem povoar” (edição de 3/10/1844, p. 2) antes da implementação da política de colonização como alternativa à abolição da escravatura (Fridman, 2017).

¹⁴ O vereador Haddock Lobo era de opinião que as amas de leite também deveriam estar matriculadas em um livro na Câmara onde constaria seu “estado sanitário” e a qualidade do leite (Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal, edição de 6/7/1853, p. 1).

¹⁵ Também publicado no Diário do Rio de Janeiro edição n.201 de 25/7/1853, p. 2.

PENSAR FORA DO EIXO

A primeira recomendação proibia a construção ou reconstrução “na cidade e seus subúrbios, sem ser segundo o prospecto estabelecido pela Câmara Municipal” excetuando o quarteirão onde houvesse “prédios elegantes construídos em conformidade com as Posturas” que o engenheiro da Câmara designasse para servir de esboço. E insistiam que

enquanto não existirem os planos (...) nenhuma licença para construção ou reconstrução, será concedida (...) sem que seja o prospecto submetido à Câmara, e por ela aprovado (...).

Os dois vereadores reiteravam que a Câmara Municipal

não tem uma planta que demonstre o seu presente, e ainda não tem um plano que determine o seu futuro! (...) No crescimento da Cidade crescem os erros [e] custará muitos milhões o endireitar esta cidade, [?] de algumas vias públicas, largas e cômodas para toda a sorte de transportes (idem, folha 132 frente).

Para o melhoramento do Rio de Janeiro com suas ruas estreitas, imundas e “alheias ao bom gosto da arquitetura”, proclamavam

não perder um minuto para reagir contra a ordem do passado, e entrarmos na senda conveniente de melhorar esta cidade. Para conseguirmos esta necessidade, e obstar a maior ruína, é necessário desde já começar a planta da cidade futura, e sobre ela criar essa nova Cidade que deverá em poucos anos tomar o caráter da capital de um império (idem, folha 132 verso).

E requisitavam a formação de uma Comissão especial com dois engenheiros para a elaboração do plano a ser submetido à Câmara. É digna de nota a indicação de que não se concedesse “um só palmo de terra a ninguém, dentro e fora da cidade”, reiterando a necessidade de a Câmara aplicar determinação da Lei de Terras e proteger o patrimônio público.¹⁶

Quanto à abertura de ruas, somente após consulta à Comissão que estudaria “a conveniência, a forma, a direção dessas novas ruas, e que as consigne seu plano”. As três orientações seguintes definiam as ruas, travessas e becos onde as edificações, novas ou refeitas, deveriam ser térreas ou sobrados com um ou dois pavimentos acima do térreo. Estas orientações definiram uma organização espacial que julgamos parte ou a totalidade de um plano que Porto Alegre pretendia elaborar (Figura 1). Para a salubridade, se procedesse ao nivelamento de toda a cidade “o mais depressa possível” para servir de base ao sistema de esgoto “para que por ele se regulem não só as novas calçadas, como as velhas que se forem reparando ou recalçando” (idem, folha 132

¹⁶ Promulgada havia três anos, esta Lei estipulava o acesso aos terrenos urbanos e rurais apenas por compra.

PENSAR FORA DO EIXO

verso).¹⁷ Nesta Sessão se decidiu pelo estabelecimento da *Comissão do Plano* composta por Porto Alegre, Gonçalves Fontes e outros nomes (idem, folha 133 frente, grifo nosso).

Outra recomendação se referia ao registro dos mestres em um livro na Câmara tal como o dos “criados de servir”. Aqueles que exercessem a função sem estarem matriculados sofreriam punições. Para obtenção do certificado de mestre de obras, deveriam ser apresentados atestados de habilitação fornecidos por dois mestres inscritos, além da informação dos engenheiros da Câmara (idem, folha 131 verso).

Em outra Sessão, Porto Alegre ficou encarregado de submeter um projeto de aformoseamento do Campo de Sant’Anna. Apresentou um desenho com aleias, edifícios e o jardim mourisco, denominado Alhambra, “onde aos domingos se dessem concertos”. No centro, posicionou um monumento à Independência. Apesar da aprovação pessoal do monarca, sua realização foi adiada (Porto Alegre, Autobiografia, p. 171). Em sua passagem como vereador também propôs que fosse elaborada a planta da Cidade Nova entre as ruas de São Diogo, do Saco, Praia Formosa, Matadouro, Mata-porcos, Catumbi, Nova do Conde e o Campo de Sant’Anna, assinalando todos os melhoramentos para que estes não pudessem ser alterados no futuro. Com o objetivo de tal tarefa ser rapidamente concluída, o engenheiro encarregado contaria com dois ajudantes, “ficando já sabido que o trabalho e emprego destes novos empregados é temporário” (Diário do Rio de Janeiro, 01/07/1854 p. 3).

Para a vigilância da execução das Posturas municipais, ele previu em agosto de 1854 uma Companhia de Guardas Urbanos, composta inicialmente por 100 homens distribuídos em cada quarteirão da cidade. Escolhidos entre os militares reformados com comportamento abonado por sua “fé de ofício”, sua remuneração somava o ordenado mais uma porcentagem das multas aplicadas (Diário do Rio de Janeiro, 13/09/1854, p. 1).

¹⁷ A pedido da Câmara Municipal o engenheiro Francisco José de Sousa Soares de Andrea havia elaborado em 1842 estudos e planos sobre melhoramentos para o Rio de Janeiro. Um deles teria sido o nivelamento da cidade (Restier Gonçalves, 2004 [1963]). Haddock Lobo na Sessão da Câmara de 26 de novembro de 1853 esclareceu qual teria sido aquele plano de nivelamento: o marechal Andrea teria proposto a substituição das valas por um sistema de esgoto e a construção de um cais geral circundando a cidade. Ruas de 60 até 80 palmos de largura começariam a partir desse cais “mais altas 12 palmos (...) que as águas mortas”. Para esse melhoramento um ou mais impostos seriam criados para remunerar a empresa responsável pela obra. Considerada “utopia irrealizável”, o “resultado foi o esquecimento” (Diário do Rio de Janeiro, edição de 15 de janeiro de 1854, p. 1).

PENSAR FORA DO EIXO

Para a proteção da saúde pública, constatando a intensidade e o número de moléstias nos meses de calor, Porto Alegre aventou de se deixarem as escavações nas ruas, “por fornecerem estes grandes depósitos d’aguas impuras” lançadas pela imperícia da gente imprevidente e da “preguiça dos escravos” provocando “toda a sorte de infecções”. Que a Câmara Municipal “mande fazer todas essas escavações nas ruas até que passe a estação calmosa, a fim de proteger a saúde pública e evitar grandes males” (Diário do Rio de Janeiro, 25/10/1854 p. 2).

Em 10 de dezembro de 1854, Porto Alegre leu um parecer e apresentou as plantas da nova rua do Cano e das fachadas das casas. Ao criticar um projeto de se abrir a rua em linha reta por “destruir uma grande quantidade de edifícios, inclusive de uma boa parte do templo de São Francisco de Paula e fazer uma despesa sem utilidade nem beleza” além da “monotonia insuportável”, que se mantivesse a “quebra que faz a rua”. Procurando imitar a rua de Rivoli (Paris), recomendou 60 palmos de largo para a nova rua com duas galerias laterais de 15 palmos de largura cada uma. Estas, que “serão frescas (...) porque estarão ao abrigo do sol e da chuva e serão mui belas à noite se forem devidamente iluminadas a gás”, deveriam ser frequentadas “somente por gente calçada”.¹⁸

Quanto ao escoamento das águas, deveria ser seguido “o sistema de calçamento de Roma” ou de outras capitais europeias “onde há um cano central, e para o qual convergem todas as águas”. Para “o asseio e cômodo geral”, a comissão de engenheiros marcaria o nivelamento e declive das águas desta nova rua, “porque o solo do Rio de Janeiro oferece dificuldades especiais, que impedem a facilidade de se construírem cloacas, ou grandes esgotos subterrâneos”, dispendiosos segundo Porto Alegre. Uma possível solução poderia ser o emprego de tubos metálicos ou de barro “que dessem curso contínuo a todas essas águas e umidades, que tanto mal fazem às casas e à saúde pública”. Nas plantas apresentadas estava definida a altura de cada um dos 3 pavimentos das edificações – o primeiro destinado a lojas e entradas e, no último andar, haveria “um terraço ou sotea à maneira espanhola ou napolitana”. Afirmando ter concebido “uma construção muito simples, mas de nobres proporções, por assim o julgar em harmonia com os interesses da companhia construtora”, com o “emprego de vigamentos de ferro: são sólidos, incombustíveis, isento do capim e carmona, e além destas vantagens reais, mais baratos que o de madeira de lei”, como na Europa (Arquivo Nacional, Manuscrito, Ministério do Império, Códice 155 -21. Ver também o Diário do Rio

¹⁸ Isto é, proibida aos escravizados.

PENSAR FORA DO EIXO

de Janeiro. 06/06/1855. Título: Ilm Camara Municipal. 44º Sessão de encerramento em 22 de dezembro de 1854).¹⁹ É possível que este tenha sido seu derradeiro manifesto na Câmara.

Retornando à AIBA como diretor, na Sessão Pública de setembro de 1855 apresentou aos membros da Academia 30 “pontos artísticos” para debates. Entre eles, destacamos alguns que se referiam diretamente a questões urbanas. Ao criticar a indiferença à arquitetura, perguntava o que seria preciso fazer para “enraizar o gosto das Belas Artes no Rio de Janeiro e torná-lo em utilidade pública.” Indagava se o estudo da arquitetura clássica seria o bastante para “criar arquitetos úteis a todas as necessidades sociais, ou se deve entrar na educação artística como entra o estudo dos clássicos na literatura?”. Ainda, tal como Beaurepaire Rohan, questionava “sobre a melhor localização de um palácio para o imperador e das repartições públicas, e qual “plano geral conviria adotar no desenvolvimento do seu todo para haver nele rápida correspondência e economia de tempo para o cidadão, de despesa para o Estado, e de ordem para a alta administração”.

É interessante também sua interrogação antecipando as possíveis modificações na disposição interna das construções “com a extinção da escravatura” no sentido de torná-las “mais belas, cômodas e sanitárias”, incluindo as normas dos legisladores. Ainda quanto à questão sanitária criticava a demanda de substituição da Décima pelo tributo das portas e janelas que, mesmo sem mencionar, certamente implicaria no fechamento das mesmas pelos proprietários e ocasionaria a falta de ventilação e salubridade nas moradias. E o seu olhar nacionalista pretendia a substituição dos “grotescos e arabescos pelos objetos da nossa natureza americana” e “a harmonia das linhas ou a simetria, como base geométrica e inalterável.” (Porto Alegre, 1855 *apud* Valle, [s.d.]).

¹⁹ Na edição do dia 24 de dezembro de 1854 o Diário do Rio de Janeiro noticiou a organização da companhia anônima *Reformadora* para executar “a obra que se projeta na rua do Cano e que fez objeto de uma lei especial no corpo legislativo” (p. 2).

PENSAR FORA DO EIXO

Figura 1. Proposta de Araujo Porto Alegre para a cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Elaboração das autoras, 2025. Base: Planta..., 1852.

CONCLUSÕES

Araújo Porto Alegre, artista de múltiplas competências e o criador da expressão “brasileira” para a coleção de obras e estudos sobre o Brasil (Coli, 2005), como homem de seu tempo foi moderno. Um funcionário público que pregava o progresso sem negar a escravidão e defender a monarquia. Como neoclássico na arquitetura e no “urbanismo” era um artista romântico, razão para Zilio (2015) afirmar que Porto Alegre na estadia europeia ter adquirido uma visão “meio”. Em sua trajetória prezou por questões formais, técnicas e estéticas na produção de um conjunto belo, coerente e coeso nos diferentes suportes e nas diferentes escalas. A cidade, como um objeto de reflexão e proposição, foi pensada em sua totalidade, privilegiando também seus aspectos cenográficos e simbólicos, antecipando algumas preocupações que seriam incorporadas nos anos e planos

PENSAR FORA DO EIXO

vindouros. Tratando a então zona da cidade do Rio de Janeiro, seu “plano em prosa” e o “plano da cidade” elaborado na sua atuação na Câmara Municipal refletiram a perspectiva de guiar a ocupação e transformação dentro de parâmetros condizentes a uma nação moderna, independente e alinhada ao circuito intelectual internacional. A cidade-capital do Segundo Reinado deveria responder às contendas no campo da higiene, das artes/arquitetura e da ordem na adequação do uso e da ocupação de seus espaços produzindo técnica e socialmente um espaço que primasse pelo gosto das artes e comportasse a multiplicidade de seus habitantes, não sem contradições.

Nesta cidade-capital, que já não seria “ao rés-do-chão”, deveria se desenrolar o espetáculo urbano. A grande faixa verticalizada marcaria a entrada da cidade pelo mar, atrás dessa “boca de cena” se descortinaria o “palco” urbano delimitado morfologicamente pelo gabarito mais alto do conjunto formado pela rua Direita, largo do Paço, praia de Dom Manuel e praia de Santa Luzia, à frente; os quatro morros (São Bento, Conceição, Santo Antônio e Castelo), a praça da Constituição e a rua Larga de São Joaquim demarcando as laterais e, o fundo, completando o cenário, estruturado pela praça da Aclamação e a rua do Cano. Para a época, foram formulações modernas ao recomendar também a “higiene para o povo”, o progresso, a racionalidade aliada à estética e à “utilidade”, o transporte, a monarquia constitucional e a transformação social e pacífica através de novos espaços a serem concebidos em planos de conjunto para as cidades consideradas como totalidades territoriais.

REFERÊNCIAS

ARGAN, Giulio Carlo. **A Arte Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 [1998].

BARATA, Mário. Araújo Porto-Alegre e a Missão Artística Francesa. **Revista do Livro** ano II, n.5, março 1957.

BEAUREPAIRE ROHAN, Henrique. Remodelação do Rio de Janeiro. Relatório apresentado à Ilustríssima Câmara Municipal por Henrique de Beaurepaire Rohan. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Separata do vol. 275, abril-junho 1967 [1843].

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHAVES, Vania Pinheiro. Apontamentos para a biografia moral e intelectual de Manuel de Araújo Porto Alegre no Novo Almanaque de lembranças Luso-Brasileiro. **Historiæ**, Rio Grande, v. 9, n. 1, 2018.



PENSAR FORA DO EIXO

COLI, Jorge. **Como entender a arte brasileira do século XIX**. São Paulo: SENAC, 2005.

COLLECÇÃO das Leis do Brazil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. **Manuel de Araújo Porto-Alegre**. São Paulo: Itaú Cultural, 2024. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa18773/manuel-de-araujo-porto-alegre>. Acesso em 30 out. 2025.

ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2025. **MINERVA Brasiliense: Jornal de Ciência, Letras e Artes**. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/117542-minerva-brasiliense-jornal-de-ciencia-letras-e-artes>. Acesso em 30 out. 2025.

FRIDMAN, Fania. Socialismo romântico e a cidade do Rio de Janeiro. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, número 12, agosto 2017, pp. 17-41. <http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/socialismo-romantico-e-a-cidade-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em 14 set. 2025.

GALVÃO, Alfredo. Manuel de Araújo Porto Alegre. Sua influência na Academia Imperial de Belas Artes e no meio artístico do Rio de Janeiro. **Revista do Patrimônio Artístico Nacional**, n.14, 1959.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e civilização nos trópicos. O IHGB e o projeto de uma historiografia nacional. **Estudos Históricos** n.1, 1988.

LOWY, Michel; SAYRE, Robert. **Revolta e melancolia. O romantismo na contracorrente da modernidade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015 [1992].

MORAES E SILVA, Antonio. **Diccionario da lingua portuguesa recopilado de todos os impressos até o presente**. vols. 1 e 2. Lisboa: Typographia Fr. M.P. de Lacerda, 1823.

MORALES DE LOS RIOS, Adolfo. **O Rio de Janeiro imperial**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000 [1946].

MORALES DE LOS RIOS, Adolfo (org.). **Legislação do exercício da engenharia, arquitetura e agrimensura**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, 1947.

MOTTA, Marly. **Rio, cidade-capital**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

PLANTA da muito leal e heroica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Paris [França]: Garnier, 1852. 1 planta, 73 x 105. Escala 1:8.400. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart309952/cart309952.jpg. Acesso em: 2 abr. 2025.

PORTO ALEGRE, Manuel de Araújo. Algumas ideias sobre as Bellas Artes no Imperio do Brasil - 1º artigo. **O Guanabara**: revista mensal artistica, scientifica e litteraria. Rio de Janeiro, v. 1, 0, pp. 108-115, 1850-1851.

PENSAR FORA DO EIXO

PORTO ALEGRE, Manuel de Araújo. Algumas ideias sobre as bellas artes e a industria no Imperio do Brasil – 3º artigo. **O Guanabara**: revista mensal artistica, scientifica e litteraria. Rio de Janeiro, v. 1, 0, pp. 305-310, 1850-1851.

PORTO ALEGRE, Manuel Araújo de. Apontamentos sobre os meios práticos de desenvolver o gosto e a necessidade das Belas Artes no Rio de Janeiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, v. 166, Tomo 166, 1935. [1853; 1854].

PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. **Ata da 2ª Sessão Pública da Academia das Belas Artes, em 27 de setembro de 1855** – Presidência do Diretor. Rio de Janeiro, 1855. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/txt_artistas/mapa_teses.htm. Acesso em 14 set. 2025.

RESTIER GONÇALVES, Aureliano. **Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Terras e fatos**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Coleção Memória Carioca, vol.4, 2004 [1963].

VALLE, Arthur (org.). “Manoel de Araujo Porto-alegre: 30 teses para debate em 1855”. **DezenoveVinte**. Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/txt_artistas/mapa_teses.htm. Acesso em 14 set. 2025.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. DEÁK, C.; SCHIFFER, S. (orgs). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: FUPAM; EDUSP, 1999.

ZILIO, Carlos. As batalhas de Araújo Porto Alegre. **ARS**, v. 13, n.26, 2015.

Obras de referência

ANDREATTA, Verena. **Atlas Andreatta**. Rio de Janeiro: Rio Books; Edições ViverCidades, 2008.

BERGER, Paulo. **Dicionário Histórico das ruas do Rio de Janeiro**. I e II Regiões Administrativas. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora Ltda, 1974.

CRUVELLO CAVALCANTI, João. **Nova numeração dos prédios da cidade do Rio de Janeiro**. Edição fac simile. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, s.d. [1878].

GERSON, Brasil. **História das ruas do Rio**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 2000 [1954].

NORONHA SANTOS, Francisco Agenor. **As freguesias do Rio Antigo**. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965 [1900].

Fontes documentais manuscritas e impressas

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro:

Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro. Proposta e pareceres dos vereadores Francisco de Paula Mattos e Manoel de Araujo Porto Alegre (1853). Fundo: Câmara Municipal. Série: Melhoramentos. 46.2.53 (Volume 03)

PENSAR FORA DO EIXO

Legislação Municipal – Câmara Municipal; atas das sessões (1850-1851). Fundo: Câmara Municipal. Série: Legislação Municipal. Notação: 17.2.1.

Legislação Municipal – Câmara Municipal; atas de sessões de 25/4/1851 a 26/1/1853 (1851-1853). Fundo: Câmara Municipal. Série: Legislação Municipal. Notação: 17.2.2.

Legislação Municipal – Câmara Municipal; atas de sessões de 29/1/ a 17/12/1853 (1853). Fundo: Câmara Municipal. Série: Legislação Municipal. Notação: 17.2.3.

Código de Posturas da Ilustríssima Câmara Municipal. Rio de Janeiro: Dous de Dezembro, 1854. Referência: 35(815.41) “1838/1860” (094.4): 352.075.31 R585.

Código de Posturas da Ilustríssima Câmara Municipal. Rio de Janeiro: Dous de Dezembro, 1854. Referência: 35(815.41) “1838/1870” (094.4): 352.075.31 R585.

Código de Posturas da Ilustríssima Câmara Municipal. Rio de Janeiro: Dous de Dezembro, 1854. Referência: 35(815.41) “1838/1856” (094.4): 352.075.31 R585.

Portaria do Governo à Câmara Municipal (1851 – 1854). Fundo: Câmara Municipal. Série: Portarias. Notação: 48.1.9.

Eleições: deputados, vereadores, juizes de paz e expediente (1848). Fundo: Câmara Municipal. Série: Portarias. Notação: 62.1.7.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro:

Porto Alegre, M. de Araujo. **Autobiografia (do próprio punho) oferecida ao IHGB por Manoel de Araujo Porto Alegre Filho.** Código: Arq. 1.4.29.

Arquivo Nacional:

Apresentação do vereador Araujo Porto Alegre de sua proposta para abertura da rua do Cano ligando-a ao largo do Paço em Sessão da Câmara de Vereadores de 10 de setembro de 1854. Manuscrito, Ministério do Império. Códice 155 -21

Jean Baptiste Debret - <https://mapa.an.gov.br/index.php/assuntos/79-producao/70-biografias/426-jean-baptiste-debret>

Biblioteca Nacional:

Hemeroteca Digital – Diário do Rio de Janeiro; Jornal do Commercio; Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal; Guanabara. Revista mensal, artística, científica e literária; Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.



PENSAR FORA DO EIXO

Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (USP):

Nitheroy. Revista Brasiliense. Ciencias, letras e artes. <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6857>;
<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6859>

Fundação Oswaldo Cruz:

Guanabara, Revista mensal, artística, científica e literária.
<https://fiocruz.br/brasiliana/cgi/cgilua.exe/sys/starte92d.html?infoid=25&sid=21>

Leis:

BRASIL. Lei de 1º de outubro de 1828. Dá nova forma às Camaras Municipaes, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz. Rio de Janeiro, 1828. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-1-10-1828.htm. Acesso em: 14/06/2025.